

## DISPOSITIVOS PARA EDUCAÇÃO DO CORPO E MODULAÇÃO DO COMPORTAMENTO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: PONTO DE VISTA SOBRE O CONTEXTO PANDÊMICO

*Devices for body Education and behavior modulation in Physical Education classes: viewpoint on the  
pandemic context*

**Luiza Silva Moreira**

*Colégio de Aplicação/UFRJ, Brasil<sup>1</sup>*

**Raphael Moreira Martins**

*Instituto Federal do Ceará, Brasil<sup>2</sup>*

**Hugo Paula Almeida da Rocha**

*Colégio Pedro II, Brasil<sup>3</sup>*

**Resumo:** O contexto pandêmico trouxe ao ambiente social um conjunto de incertezas, principalmente, no que se refere ao corpo e sua forma de lidar com o mundo. Com isso, o objetivo deste ensaio foi formular enunciados para a educação física escolar, buscando alavancar o debate sobre formas de ensino no contexto pandêmico. A ideia do corpo educado se apresenta como um processo de intervenção humana para a adaptação do indivíduo à vida urbana e nas dimensões mais amplas das relações sociais. Destacamos que o processo de educação do corpo, disciplinamento e ajustamento do comportamento para o aprendizado nesse novo contexto requererá tempo. Os desvios poderão ocorrer de forma involuntária ou de resistência ao poder empregado pelas novas tecnologias para ensino. Nesse sentido, sugerimos propostas que podem ser incorporadas na escola, legitimando os processos de educação do corpo, disciplinamento e modulação de comportamento que virão a ser apresentados nos novos ambientes de ensino e aprendizado.

**Palavras-chave:** Educação do Corpo; Disciplina; Ensino Remoto; Pandemia; Educação Física Escolar.

---

<sup>1</sup> [lmluizamoreira@gmail.com](mailto:lmluizamoreira@gmail.com) - Doutora em Educação. Pesquisadora do Laboratório de Pesquisas em Educação do Corpo (LABEC/UFRJ). Professora de Educação Física do Colégio de Aplicação da UFRJ.

<sup>2</sup> [raphaell.martins@ifce.edu.br](mailto:raphaell.martins@ifce.edu.br) - Doutor em Desenvolvimento Humano e Tecnologias. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas dos Aspectos Pedagógicos e Sociais do Futebol (PROFUT/UFSCar). Membro do grupo de pesquisa em Educação, Saúde e Exercício Físico (IFCE). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Professor da Universidade Aberta do Brasil vinculada a Universidade do Estado do Ceará.

<sup>3</sup> [hrocha.ufrj@gmail.com](mailto:hrocha.ufrj@gmail.com) - Doutor em Educação. Professor de Educação Física do Colégio Pedro II. Co-líder e pesquisador do Laboratório de Pesquisa e Extensão em Educação Física e Sociedade (LAPEEFS/CPII) e pesquisador no Laboratório de Pesquisas em Educação do Corpo (LABEC/UFRJ).

**Temas em Educação Física Escolar, Rio de Janeiro, v.5, n.1, jan./jun. 2020, p. 2-22.**

**Recebido em: 22/07/2020**

**Publicado em: 20/10/2020**

**Abstract:** The pandemic context brought a set of uncertainties to the social environment, mainly with regard to the body and its way of dealing with the world. Thereby, the objective of this essay was to formulate statements for school physical education, seeking out to leverage the debate on forms of teaching in the pandemic context. The idea of the educated body is presented as a process of human intervention for the adaptation of the individual to urban life and in the broader dimensions of social relations. We emphasize that the process of body education, disciplining and adjusting behavior for learning in this new context will require time. The deviations may occur involuntarily or with resistance to the power used by new teaching technologies. In this sense, we suggest proposals that can be incorporated into the school, legitimizing the processes of body education, discipline and behavior modulation that will be presented in the new teaching and learning environments.

**Keywords:** Body Education; Discipline; Remote Teaching; Pandemic; School Physical Education

### Introdução

O contexto pandêmico trouxe ao ambiente social um conjunto de incertezas, principalmente, no que se refere ao corpo e sua forma de se relacionar com o mundo. As recomendações para o distanciamento social, a higienização e a sanitização dos espaços de convívio ocuparam um tempo precioso no noticiário e no imaginário popular. Dias após dias, a mídia consultou especialistas para tratar do que chamaram de “novo normal”, mesmo reconhecendo que essa terminologia se adequou muito bem para o formato mercantilista e de consumo no período mais severo de distanciamento social. O debate se atualizava conforme fatos novos eram apresentados e se viu a não recomendação para o uso de máscaras passar para uma necessidade imediata para reduzir os riscos de infecção pelo vírus causador da Covid-19.

As novas condutas para o relacionamento pessoal foram postas de maneira didática por vários órgãos de gestão da saúde, tais como: lavar as mãos com água e sabão ou usar álcool em gel (70%); tossir ou espirrar nos cotovelos ou ombro; cumprimentar-se sem dar as mãos; manter-se distante do outro por pelo menos 1,5 metro de distância, entre outros itens de protocolo que foram recomendados e apresentados incansavelmente como forma de prevenção e de diminuição da circulação do contágio pelo vírus. O comportamento esperado para a preservação da saúde estava explícito na fala de jornalistas, médicos e epidemiologistas. Em contrapartida, a conscientização por parte da população brasileira não foi respondida com a mesma intensidade e urgência que o contexto pandêmico apresentava.

A título de informação, estava evidente a responsabilidade de cada pessoa



com seus pares. Mas no tangente ao processo educativo ainda havia lacunas. Forjar comportamentos e incorporar hábitos leva o tempo que, talvez, a velocidade do alastramento do vírus pelo mundo não tenha nos oportunizado. Assumir outras formas de comportamento, tanto no espaço privado quanto no público, requer não apenas a criação de condutas e normas para lidar com a situação pandêmica que estamos vivendo, também é necessário, construir uma consciência coletiva de respeito e de educar os corpos.

A educação do corpo passa pelo aprendizado de como nos vestimos, sentimos, conversamos, caminhamos e do autocontrole que precisamos ter para o bem-viver de forma compartilhada com a vida em sociedade. Isso ocorre a partir do processo de tematização de conhecimento das normas de comportamento e de códigos de condutas vinculados às diferentes instituições sociais, como igreja, escola, trabalho, lazer e família. Essas instituições são espaços sociais que influenciam na maneira como somos e como devemos ser. No nosso caso, analisaremos a escola, mais especificamente, a educação física como esse espaço de intervenção direta e tematizada no corpo.

Por isso, o objetivo deste ensaio foi formular enunciados para a educação física escolar (EFE), buscando alavancar o debate sobre formas de ensino (intervenções no corpo) no contexto pandêmico. No primeiro momento deste texto, vamos nos atentar aos conceitos da educação do corpo e modulação de comportamento. Em seguida, discutiremos a relação desses conceitos com os protocolos para a prática de atividades físicas. Por fim, compilaremos as informações levantadas para criar hipóteses sobre esses dispositivos aplicados à educação física escolar.

### **A disciplina como mecanismo para o ajustamento de condutas**

A história da civilização ocidental mostra importantes dispositivos de ajustamento de condutas que culminaram em uma dominância imprevista até mesmo para os mais entusiasmados dos reis da Idade Média. O fato é que os Estados europeus foram devastados pela peste negra, dizimando um terço de toda população, e também pelas constantes guerras travadas entre diferentes Estados Nação e até mesmo dentro deles. No mesmo período histórico, a China teria

**Temas em Educação Física Escolar, Rio de Janeiro, v.5, n.1, jan./jun. 2020, p. 2-22.**

**Recebido em: 22/07/2020**

**Publicado em: 20/10/2020**

tecnologias para produzir todos os insumos necessários para subsidiar a demanda mundial. Além disso, há indícios fortes de que os chineses haviam circumnavegado o mundo em 1421 e o Império Otomano, por exemplo, teria acurácia no desenvolvimento de conhecimento matemático, físico e astronômico, assim como registros precisos sobre sua população (Ferguson, 2012; Menzies, 2014).

A surpreendente virada da civilização ocidental nos anos que se sucederam até pouco antes do presente momento ocorreu devido às mudanças institucionais tanto nas sociedades da civilização ocidental, como naquelas do Oriente. Os chineses, antes se lançaram aos mares, depois se fecharam para o mundo e assim permaneceram até a virada do terceiro milênio. Os Otomanos foram assolados por crises internas, desgoverno e casos de corrupção e mortes no alto comando dos sultões. Enquanto isso, os Estados europeus competiam para ter as melhores tecnologias; apoiaram a ciência e a comunicação científica; reconheceram a propriedade privada como um direito; aperfeiçoaram as técnicas de medicina, avançando para a prevenção e a cura de doenças; desenvolveram um modo de consumo; e aumentaram a produtividade e estabeleceram as relações de trabalho (Ferguson, 2012).

Os dispositivos lançados pela civilização ocidental moldaram instituições e criaram regras próprias, exigindo um novo comportamento dos indivíduos. A disciplina substituiu o castigo pela violência física para formar comportamentos e forjar hábitos desejáveis pela sociedade. O processo de disciplinamento tem como foco o aumento da eficácia na produção, ao mesmo tempo em que diminui o ímpeto de resistência do indivíduo às regras que ele não criou. Esse mecanismo funciona de modo meticuloso e sutil, exercendo um poder institucional para o controle do comportamento dos grupos assujeitados a ele (Foucault, 2004).

O processo de disciplinamento foi definido por Foucault (2004) como tendo três fases, a saber: a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora e o exame. Essas etapas estão submetidas às instituições e às normas, também pressupondo uma relação de poder entre sujeito e instituição. Assim, a vigilância hierárquica é um dispositivo institucional que deve criar uma sensação de constante observação do comportamento. O sentimento de estar sob vigília reduziria a vontade do sujeito de desviar às regras.

A sanção normalizadora é o mecanismo previsto nas regras institucionais que



ditam como os sujeitos serão expostos ao constrangimento caso eles sejam notados em uma condição desviante. A sanção é o castigo empregado pela instituição. A ritualização das sanções normalizadoras, buscando a exposição do sujeito, criando constrangimentos públicos para servir de exemplo aos demais é o chamado exame. Com isso, o comportamento desviante é mitigado pela instituição através desses dispositivos disciplinares (Foucault, 2004).

A definição do processo de disciplinamento pode dar a entender que os sujeitos estão passivos nele. Todavia, onde há poder, haverá resistência (Foucault, 2018). Dessa forma, o comportamento desviante pode não ser denunciado, relegando as demais etapas a uma obsolência. A relação que os sujeitos constroem com as instituições moldam comportamentos de naturezas diversas, mesmo o processo de disciplinamento tendo se mostrado bastante eficiente no desenvolvimento das instituições e na modulação do comportamento das sociedades.

O reconhecimento das normas da sociedade não impede os desvios individuais. Becker (2010), em *Outsiders*, demonstrou o processo de racionalização do desvio, explicando como grupos considerados marginalizados no contexto social construía a lógica que permeava o comportamento considerado inadequado àquela sociedade. Observemos que o autor indicou que há um processo de aprendizado no comportamento desviante e que esse pode ser dependente de fatores como o não reconhecimento da legitimidade da autoridade que propôs a norma.

Em uma sequência de narrativas, Becker (2010) deu exemplos de como o desvio e as regras podem ser impostos, modulando práticas e comportamentos. Com isso, houve a compreensão de que para se impor uma punição ao comportamento desviante, primeiro, dever-se-ia haver uma denúncia, que criaria um constrangimento público nas autoridades e a exposição do sujeito infrator. A partir dessa mobilização não haveria saída senão o cumprimento das medidas previstas para correção do comportamento desviante. Por outro lado, Becker (2010) também sinalizou casos em que o desvio, apesar de reconhecido pelas autoridades, fora ignorado. Havia uma espécie de acordo tácito entre os sujeitos que deveriam impor às regras e os ditos desviantes.

**Temas em Educação Física Escolar, Rio de Janeiro, v.5, n.1, jan./jun. 2020, p. 2-22.**

**Recebido em: 22/07/2020**

**Publicado em: 20/10/2020**



Considerando o contexto pandêmico, verificou-se a urgência de incorporação de novos hábitos ao mesmo tempo que se observou uma disputa no campo político brasileiro. Podemos pensar que algumas ações normativas não geraram o efeito previsto para o controle da taxa de disseminação e contágio do vírus. A mídia mostrava que as taxas de isolamento da maior parte das grandes capitais brasileiras não passaram de 50% em média. Os pesquisadores e as campanhas sugeriam que o ideal era de 70% da população em casa. Pode-se pensar que houve um movimento de negação da gravidade da enfermidade, como de fato houve. Mas, pode-se questionar, seria então essa a explicação lógica para o fato do desrespeito e indiferença às orientações de saúde, preservação da vida e da espécie humana? É uma possibilidade. A resposta tem razão em si apesar da simplicidade do raciocínio e a obviedade que nos faz suspeitar dessa justificativa.

Podemos encontrar outras possíveis explicações para que a taxa de isolamento social não tenha sido a desejada e o desvio às recomendações sanitárias se justifique, de certa forma, pela disputa no campo político, a qual, invariavelmente, colocou em dúvida a legitimidade dos ocupantes dos cargos do poder executivo brasileiro que se tornaram canal de comunicação das entidades de saúde. As informações desencontradas, a tendência à negação do vírus e de sua gravidade, além da dificuldade de planejar e aplicar ações, como o auxílio emergencial, podem ser motivos que corroboram o não cumprimento das orientações de saúde por parte da população.

Atrelando ao fato da politização da Covid-19 no Brasil, que também foi observado em outros países, como por exemplo, nos Estados Unidos, podemos destacar que a desigualdade social na experiência brasileira precisa ser colocada como ponto fulcral em todos os cenários que almeja estudar e problematizar os tempos pandêmicos. Seja na saúde coletiva, na educação, no mundo do trabalho, entre outros. O aspecto da desigualdade social dilacerante no país, colocou uma parcela significativa da população brasileira em situação de calamidade.

Houve uma espécie de instabilidade proposital ou não, no planejamento para o controle da epidemia de Covid-19 no Brasil. No momento em que escrevemos o texto, ainda estamos em plena ascensão no número de casos de infecção e óbitos no município do Rio de Janeiro e no Brasil. A taxa de transmissão do vírus na capital Fluminense no dia 03 de julho de 2020 é igual a 1,38, número este que nos coloca



em uma situação de risco médio, de acordo com dados da Universidade Federal do Rio de Janeiro<sup>4</sup>. Mesmo assim, no dia anterior, com a reabertura de bares e restaurantes, pôde-se verificar grandes aglomerações, desrespeito ao uso de máscaras e falta de fiscalização e denúncia dos desvios às regras<sup>5</sup>. É nesse cenário que medidas para reabertura de espaços como as escolas e as universidades vêm sendo debatidas com propostas de retomada das atividades de forma precoce.

### **Educação do corpo e a modulação do comportamento**

A ideia do corpo educado se apresenta como um processo de intervenção humana para a adaptação do indivíduo à vida urbana e nas dimensões mais ampla das relações sociais. Este processo se dá a partir das intervenções corporais que emergem como necessárias para a vida em sociedade. Os gestos, as posturas, as formas de se vestir, de se relacionar, de se amar são expressões corporais criadas, mantidas e reproduzidas dentro de um contexto social e cultural que o homem está inserido. Nosso corpo deve ser e foi educado para estar na sociedade, por meio de uma série de regulações e intervenções enquadradas no que consideramos como adequados.

Como falamos anteriormente, apesar das regulações, não há garantia que elas sejam cumpridas pela população. Isso ocorre porque o cumprimento delas passa pela construção de uma consciência coletiva, de uma educação do corpo e do autocontrole. Norbert Elias (1994), quando trabalha o conceito de processo civilizatório considera que a formação de hábitos e condutas socialmente aceitáveis para a convivência coletiva é resultado de uma ação contínua, incompleta, lenta e perdurável.

O corpo, por meio de ações traduz o que aprendemos como comportamentos e condutas socialmente adequadas, ou seja, uma comunicação própria que expõe emoções, sensibilidades e medo. Marcel Mauss (2003) coloca o corpo como o principal instrumento do homem, que traduz por meio de ações e movimentos técnicas aprendidas pela educação que tivemos e pelo modo de agir da sociedade

---

<sup>4</sup> Disponível em: <https://dadoscovid19.cos.ufrj.br/>

<sup>5</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/07/03/1a-noite-com-bares-liberados-tem-aglomeracao-e-desrespeito-a-regras-de-distanciamento-no-rio.ghtml>

**Temas em Educação Física Escolar, Rio de Janeiro, v.5, n.1, jan./jun. 2020, p. 2-22.**

**Recebido em: 22/07/2020**

**Publicado em: 20/10/2020**

que pertencemos. Tal aprendizado exige de nós controle das nossas vontades e da maior parte dos movimentos corporais, para que não façamos aquilo que foi julgado como pertencente aos códigos da sociedade que vivemos.

Nesse contexto pandêmico, novas intervenções no corpo foram sendo construídas e exigidas como obrigatórias para conter a disseminação do vírus. Vivemos num momento de constantes anúncios reforçando a importância de cuidar do próprio corpo e da mente (saúde física e mental), da prescrição de um guia de como devemos usar os espaços públicos para evitar o aumento da disseminação do vírus. Esse processo de transformação torna-se uma ação educativa de forte caráter normativo, marcada por constrangimentos e intervenções. Podemos citar como exemplo a criação de leis que obrigam a população ao uso de máscaras em vias públicas e em estabelecimentos comerciais, restringem o número de pessoas em espaços fechados, como também, o próprio tempo de funcionamento dos estabelecimentos, delimitam o distanciamento entre pessoas, além de outras normas que foram estabelecidas em função do novo vírus.

Os médicos e especialistas em infectologia ganham cada vez mais espaços nos meios de comunicação para orientar como devemos nos comportar nos diversos espaços que ocupamos, sejam eles públicos como mercados, igrejas, restaurantes; sejam eles privados como em casa, desinfectando nossas mercadorias, roupas e sapatos. O discurso médico assume responsabilidades na gestão dos corpos e na formação de hábitos higiênicos para conter o avanço do vírus. A nova realidade exige que eduquemos nossos corpos a partir de “manuais” de boa conduta e boas maneiras de convivência social. Criamos novas regras comportamentais, dispensando o que não é considerado como adequado e incorporando novos hábitos.

Em determinado momento, pelo acúmulo de orientações acerca dos procedimentos a serem adotados para evitar a infecção por Covid-19, boa parte da população brasileira se colocou em questão sobre os próprios hábitos de higiene pessoal e social, que outrora consideraram como sensatos e suficientes para o transitar nos locais com aparente segurança sanitária. Era comum observar relatos de pessoas acusando que só agora, após a trágica aparição da Covid-19, estava mais atenta sobre algumas posturas com o cuidado de si e do outro no tocante aos hábitos de higiene.





Além desses novos cuidados e hábitos higiênicos, há outros processos de educação do corpo que estão ocorrendo em razão da pandemia, principalmente no contexto escolar. As normas de isolamento social implicaram numa reorganização escolar, com a suspensão de aulas presenciais, introdução de novas tecnologias para ensino remoto e suspensão da obrigatoriedade dos 200 (duzentos) dias letivos (Medida Provisória n° 934, de 2020<sup>6</sup>).

A escola como uma instituição social se constitui como um espaço de intervenção no corpo, por meio do controle do tempo (horários para alimentação, estudos, entradas e saídas, hábitos higiênicos), das formas de vestir (uso do uniforme), na maneira como sentamos, trabalhamos e aprendemos. Enfim, dispositivos naturalizados dentro da escola que indicam formas de educação do corpo na construção de hábitos e refinamento do comportamento dos educandos para a vida em sociedade. De acordo com Soares (2006) a educação do corpo na escola é atravessada por “múltiplos saberes e práticas que vão da higiene às boas maneiras, dos usos da água como lugar de prazeres específicos ou como local de trabalho, aos banhos como limpeza, dos modos de alimentar-se e vestir-se” (p. xiii).

Tendo em vista o isolamento social que impactou nossas vidas surgem debates e tensionamentos sobre o ensino à distância, a transição das aulas presenciais para as atividades remotas, a viabilidade do acesso para todos num ambiente virtual e o ensino híbrido como metodologia emergente no processo de escolarização. A sala de aula passou a ser realizada em ferramentas de videoconferência com a presença de professores e alunos num horário programado, de forma alternativa, escolas passaram a enviar vídeos produzidos pelo corpo docente às famílias, ou como foi o caso do CAp UFRJ<sup>7</sup> (Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro) e COLUNI UFF<sup>8</sup> que criaram um website para abrigar as ações remotas durante este período de pandemia.

A opção emergencial pelo ensino remoto como estratégia possível para a continuidade ao acesso tematizada das aulas de educação física, expressa a abertura de várias camadas intensas que não serão aprofundadas em nosso estudo,

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/141349>.

<sup>7</sup> Disponível em: <https://capnaquarentena.wixsite.com/capufrj>. Acessado em: 04 de julho de 2020.

<sup>8</sup> Disponível em: <http://coluni.uff.br/2020/05/25/quarentuni-o-coluni-uff-na-quarentena-2/>. Acessado em: 04 de julho de 2020.

mas devem ser pontuadas. Como descreve Alves (2020) acerca dos limites do ensino remoto no Brasil. O distanciamento social era para ser seguido por todos em uma mesma casa, como os pais, filhos, avós e irmãos, gerando muitas vezes situações de *stress* entre os membros familiares, por esse estado de confinamento. Somado ao aspecto do ambiente com essa carga evidente de *stress* a dificuldade dos pais em orientar as atividades escolares, especialmente as famílias com alunos na rede pública.

Destacamos que não podemos perder de vista, os entrelaçamentos que o ensino remoto trouxe à tona acerca do compartilhamento das obrigações familiares para com a educação dos filhos na componente curricular Educação Física. Como o acesso ao conhecimento era em muitos casos por plataformas digitais interativas, as famílias tiveram que superar de forma aligeirada problemas de ordem dos recursos tecnológicos para acessar o material escolar, pois nos últimos anos o acesso à internet vem sendo oportunizado por aparelhos móveis, e poucas residências adotam computadores e outros tipos de recursos tecnológicos mais apropriados para o ensino. O aparelho celular se transformou um objeto multifuncional para a continuidade do ensino remoto.

Outra dificuldade, fruto do ensino remoto na pandemia por Covid-19, foi no aspecto da operacionalização das plataformas digitais interativas voltadas para a educação dos estudantes, surgiram vários conflitos para os pais em garantir o auxílio nas atividades em situações de aprendizagem que eram comuns no ensino presencial e foi transferida de forma equivocada e descontextualizada para o ambiente virtual de aprendizagem que exige outra arquitetura didática.

No entanto, essa trama que envolveu várias mudanças no fazer e agir nas aulas de educação física, também recaíram sobre os docentes que dormiram forasteiros digitais e tiveram que acordar nativos digitais, vivendo um duplo trabalho, de cuidar da sua própria saúde e segurança familiar em uma pandemia, e ter que se adaptar e dar conta das inovações no trabalho docente.

Para este novo cenário escolar outras formas de educar o corpo se fazem necessárias, professores e alunos precisaram estabelecer regras e condutas consideradas adequadas ao ambiente virtual, levando-se em consideração, as famílias que podiam se apropriar de algum tipo de interação com o ensino remoto, pois como já anunciamos anteriormente, a opção pelo ensino emergencial remoto



em uma pandemia foi se acomodar com uma desigualdade social anterior à Covid-19.

Recomendações para que famílias reservassem um espaço silencioso e confortável para maior concentração dos alunos durante as aulas remotas, o uso controlado do microfone nos encontros virtuais, as regulações do que é permitido e adequado a ser colocado nas conversas que são disponibilizadas pelas ferramentas de videoconferência, entre outras intervenções que moldam o comportamento do corpo educado.

Por outro lado, precisamos alertar que a experiência do ensino remoto com aulas síncronas por meio de videoconferência foi compartilhada para uma minoria dos estudantes brasileiros. As estratégias mais comuns observadas em todo o país foi o ensino emergencial remoto organizado por meio de grupos de *WhatsApp* que serviam como repositório de atividades, orientação dos trabalhos tutorados, informações administrativas da escola, espaço para partilha de dúvidas dos pais e alunos, e essencialmente, envio de material de apoio, que em sua grande parcela era formalizada por gravações de áudios e encaminhamentos de vídeos do *YouTube*, com produções de outros profissionais, não sendo necessariamente um vídeo do professor da turma de ensino.

Mesmo assim, reconhecemos o quanto a atuação docente no período de ensino remoto tem sido assertiva e significativa para a educação brasileira, e de certa medida, existem poucas manifestações de valorização do trabalho docente, que tiveram que superar lacunas históricas acerca das tecnologias voltadas para a educação em poucos meses. O que estamos observando com muita preocupação no período pandêmico é a utilização da educação como plano de fundo para mais um tema da trama política brasileira. Esse aspecto foi observado na iniciativa do governo federal em manter a data do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), nos vários movimentos de governantes e escolas particulares de retornarem para as aulas presenciais, sem evidências consistentes sobre a seguridade de professores e alunos.

Estas considerações são pertinentes para entendermos que constantemente somos submetidos a constrangimentos na tentativa de ajustarmos nossas ações a um “manual de boas maneiras” construído para referenciar comportamentos

**Temas em Educação Física Escolar, Rio de Janeiro, v.5, n.1, jan./jun. 2020, p. 2-22.**

**Recebido em: 22/07/2020**

**Publicado em: 20/10/2020**

considerados socialmente aceitos para os espaços sociais que ocupamos. Neste sentido, passamos a educar nossos corpos para esses ambientes virtuais, seja para participar de reuniões de trabalho, seja para encontros entre professores e alunos.

Quando pensamos nos processos de intervenção do corpo presentes na mudança de uma sala de aula presencial para o ambiente virtual, observamos um certo desconforto pois a adaptação dessa nova realidade demanda tempo e aprendizado. Saímos de ações e práticas naturalizadas do nosso cotidiano de professor para entrarmos numa zona desconhecida, marcada por insegurança e descobertas diárias. Debates e tensionamentos surgiram para tentar compreender o “como fazer”, “como ensinar”, “como aprender” remotamente. As instituições públicas de ensino, principalmente, questionavam a democratização do acesso de todo corpo discente e da manutenção da qualidade do trabalho nesses novos tempos de aulas remotas.

Ao olharmos especificamente para o caso da educação física escolar, ainda há muitas questões para serem consideradas: é possível acompanhar remotamente a prática adequada e segura de atividade física dos nossos alunos? Como adaptar o conteúdo predominantemente prático à realização de atividades remotas? Como planejar e oferecer um ensino de qualidade quando temos alunos com organização familiar, espaços em seus lares e acesso remoto tão distintos? A seguir, tentaremos discutir sobre essas questões e levantar hipóteses sobre o protocolo de ensino da educação física escolar à distância e presencialmente.

## **Protocolos para atividades físicas e diálogo com a educação física escolar**

As práticas corporais também foram afetadas pelas recomendações sanitárias. Desde o início do isolamento social, alguns procedimentos foram adotados como forma de prevenção ao aumento da taxa de transmissão do vírus. Por exemplo, em Estados como o Rio de Janeiro houve a proibição de atividades ao ar livre, como corrida, caminhada ou qualquer outra atividade na faixa de areia das praias; banho de mar; uso dos aparelhos de ginástica localizados nas praças públicas e na costa entre outras atividades. O objetivo era evitar o compartilhamento de materiais, reduzir o contato entre as pessoas e, conseqüentemente, buscar diminuir a taxa de transmissão do vírus.

Os protocolos para as atividades físicas seguiam orientações dadas suas



características específicas. Os relatos sobre a emissão do vírus variam conforme a ação do indivíduo: durante a fala, o vírus pode ser impulsionado por até 1,5 metro de distância; ao espirrar, a projeção do vírus pode alcançar 8 metros; e durante uma atividade de corrida, a pessoa pode arrastar o vírus por até 10 metros e de forma progressiva, acompanhando todo o seu trajeto por meio dos folículos de suor. Por esse motivo, a proibição das atividades físicas ao ar livre ou nas academias foi adotada como estratégia de contenção da epidemia no Brasil.

Inclusive, estas restrições foram amparadas em estudos realizados sobre fenômenos da pandemia no mundo todo, e pelo ineditismo de alguns fatores até para a comunidade científica, o movimento de evitar transtornos maiores com a Covid-19 foram observados em várias decisões, no movimento social de que na dúvida sobre as formas de circulação do vírus, o primordial era ficar seguindo o distanciamento social, declaradamente para as pessoas que podiam ter essa oportunidade de seguir em suas residências.

A prática da atividade física ao ar livre e em estabelecimentos passou por uma readaptação em função dos cuidados de prevenção para Covid-19. Após a permissão para a reabertura desses espaços para atividade física, o setor assumiu algumas medidas para manter o funcionamento das academias de ginásticas de condicionamento físico, como por exemplo: a higienização dos espaços e aparelhos, redução do número de alunos nas aulas coletivas, diminuição do tempo do aluno no estabelecimento, cuidados higiênicos para o compartilhamento de equipamentos (halter, bicicletas ergométricas, colchonetes, esteiras, etc.) e *dispensers* com álcool disponíveis nas áreas comuns.

Verificando o histórico de recomendações para reduzir a taxa de transmissão do vírus e conter a epidemia de Covid-19, relacionando com os protocolos para a realização das práticas corporais e o retorno de estabelecimentos como do comércio e outros que funcionam em ambientes fechados, podemos deduzir que tais orientações inevitavelmente invadirão o espaço escolar. As salas de aula concentram de 30 a 40 estudantes; cerca de 40% das escolas públicas brasileiras não têm condições de saneamento; e a EFE, além das questões relacionadas ao uso comum dos espaços da escola, têm em sua essência o contato físico, compartilhamento de material e realização de atividades físicas.

**Temas em Educação Física Escolar, Rio de Janeiro, v.5, n.1, jan./jun. 2020, p. 2-22.**

**Recebido em: 22/07/2020**

**Publicado em: 20/10/2020**



Por essa razão, a pandemia colocou no centro do debate do povo brasileiro, uma demanda historiográfica da educação. No caso, o alerta que os estudantes passam tempo demais sentados, uns próximos aos outros, em salas de aulas com condições precárias para se acessar o conhecimento. Esse modelo secular, foi colocado em falência neste período pandêmico. Dessa forma, pensar em retorno às aulas presenciais, mesmo com protocolos em planos de retomada, é negar a harmonização tradicional da escola brasileira. Seria especialmente um caso de tentativa e erro, pois em vários locais do mundo, houve a reabertura das escolas e em seguida o fechamento pelo surgimento de novas infecções.

O movimento de retorno às aulas presenciais deve romper o caráter de depósito de pessoas expressado em muitos discursos popularmente propagados em prol de um movimento de similaridade de realidade anterior à pandemia. A escola não pode ocupar na vida das pessoas o espaço e o tempo de segurar uma pessoa, enquanto o seu responsável tem que trabalhar. A escola é, antes de tudo, um espaço reconhecido de encontros e de existência das pessoas em sua relação social, se já admitimos alguns limites sérios para a escola, no período anterior à pandemia, pensar em um retorno para uma escola que não está próximo de sua plenitude, torna o debate sobre o papel da educação no período de pandemia extremamente funcionalista.

O retorno às aulas carece de um debate que envolve diversas instituições da sociedade: primeiro, entre o executivo, o legislativo e o judiciário, esses com o dever de garantir o direito público e universal da educação àqueles com idade entre 4 e 17 anos (Brasil, 1996). A salvaguarda do direito à educação não depende do tipo e da qualidade do acesso somente, mas também de um ambiente adequado para apreensão do conteúdo, seja ele difundido de forma presencial ou à distância. E, segundo, pelas instituições que terão que adotar protocolos sanitários para garantir a segurança e a saúde dos profissionais e dos estudantes que adentrarão o espaço escolar. Com isso, optamos por dividir essa seção entre possíveis aspirações para os protocolos de ensino da EFE de forma presencial e à distância.

### *Protocolos de ensino da EFE à distância*

Tendo em vista a evolução dos casos no país e a incerteza sobre a eficiência dos protocolos, a retomada das aulas presenciais permanece como algo incerto.



Apesar disso, algumas prefeituras e Estados estão apressando a liberação para o retorno do funcionamento das escolas com protocolos de orientação, como é o caso da prefeitura do Rio de Janeiro<sup>9</sup>. Até que chegue a uma definição do que deve ser feito e quando ocorrerá a volta às aulas presenciais, a opção por atividades remotas e aulas virtuais permanecem como alternativa, até que se tenha acordo sobre o momento ideal para a volta presencialmente regular nas escolas.

Acompanhando as diversas ações implementadas pelas escolas durante essa pandemia, é possível percebermos a utilização dos seguintes recursos didáticos: videoaulas, *lives*<sup>10</sup>, gravação de vídeos, publicação de atividades remotas em sites institucionais etc. A escolha por um recurso ou outro ficou a critério das escolas e/ou de cada disciplina. No caso da EFE, vimos atividades sendo feitas com todos esses recursos. Sendo assim, nesta seção vamos formular hipóteses para o ensino remoto da EFE em ambientes virtuais, ressaltando que não temos a pretensão de organizar um único modelo de trabalho.

Sabemos que a implementação do ensino remoto nas escolas produziu debates sobre a democratização do acesso, mas também outras questões emergiram como: a falta de capacitação dos professores em utilizar esses recursos, a exposição dos espaços privados, o desconhecimento docente sobre metodologias ligadas à tecnologia. Esses aspectos trouxeram questionamentos da qualidade dessas atividades remotas e da inviabilidade de substituir o currículo oculto da escola.

Devemos partir do entendimento da impossibilidade de replicar o trabalho desenvolvido nas aulas presenciais para os ambientes virtuais, pois as formas de interações são outras, os espaços para a prática são inadequados, o acompanhamento do professor, a execução dos movimentos fica limitado e o acesso aos materiais e equipamentos esportivos deverão ser adaptados. Neste sentido, faz-se necessário pensarmos em novas práticas pedagógicas para tornar possível o ensino da EFE por meio de ambientes virtuais.

---

<sup>9</sup> Os protocolos de retorno de retorno às atividades presenciais tanto para escolas particulares quanto para rede pública de ensino estão sendo discutidos pela prefeitura e sindicato dos professores. Há resistência do sindicato em aprovar esses protocolos, pois o Sindicato estadual dos Profissionais de Educação do Rio (SEPE-RJ) entende que às escolas públicas terão dificuldade em cumprir às orientações que são determinadas para o retorno das aulas presenciais.

<sup>10</sup> Transmissões online de vídeo ao vivo pelas redes sociais.

Posto isso, um dos caminhos que podemos explorar é de investirmos em intencionalidades nos objetivos de aprendizagem referentes à dimensão cognitiva do aluno, envolvendo debates, reflexão e desenvolvimento do pensamento acerca de uma temática. Reunir questões que potencialize reflexões, como por exemplo: racismo no futebol, desigualdade salarial entre os gêneros no esporte, importância da atividade física durante o isolamento social etc.

Outro ponto a ser destacado é a forma como os estudantes poderão apreender os tipos de conteúdo e a metodologia de ensino empregada no ambiente virtual. Reter a atenção do aluno no ambiente virtual é uma tarefa que poderá ser um desafio a mais para o docente. Observemos que uma aula inteiramente expositiva pode ser desestimulante para o aluno que, livre no ambiente virtual, terá outras formas de distração que no espaço da sala de aula tradicional a ele é impedido, como o acesso às redes sociais e jogos, entre outros por exemplo.

No sentido de buscar mecanismos de participação dos alunos nas aulas remotas, talvez seja interessante para o docente estimular o ensino a partir da descoberta do conhecimento, incentivando o aluno a buscar temas de sua área de interesse na disciplina lecionada, trabalhando com o método científico como forma de elaborar e validar o conhecimento, bem como a participação coletiva em forma de debates e fóruns de discussão. É possível que a maior interação e a participação discente no planejamento das ações das aulas pode ser um importante dispositivo disciplinar para a retenção da sua atenção nas intervenções propostas.

A partir desses dispositivos, pensa-se também que as regras para a frequência e diálogo com todos no ambiente virtual devem estar explícitas, assim como os mecanismos de controle para educar e provocar comportamentos desejáveis e respeitosos em relação aos colegas e aos professores. Assim, podemos sugerir que a criação de um protocolo de condutas aceitáveis e as sanções normalizadoras sejam objetos das primeiras práticas em ambiente virtual. Da mesma forma, essa sugestão pode ser um espaço para discutir o processo de educação do corpo e do ajustamento do comportamento com o objetivo de instrumentalizar o aluno com esses conceitos e conscientizá-lo da importância da colaboração coletiva para o pleno desenvolvimento do grupo.

Por fim, devemos destacar que o processo de educação do corpo, disciplinamento e ajustamento do comportamento para o aprendizado em ambiente



virtual é algo que requererá tempo. Os desvios poderão ocorrer de forma involuntária ou de resistência ao poder empregado pelas novas tecnologias para ensino remoto. Todavia, pensamos que a construção coletiva de protocolos de condutas no ambiente virtual pode contribuir para a percepção da legitimidade das regras, facilitando a compreensão de todos e contribuindo para a correção dos desvios, melhorando a convivência e permitindo um ambiente virtual mais adequado para aprendizagem.

*Recomendações para atividades físicas e relações com as aulas de EFE presenciais*

Considerando as recomendações para o distanciamento social e para evitar o compartilhamento de materiais, a EFE, provavelmente, terá sua rotina de aulas presenciais afetada diretamente por tais dispositivos. Será um novo ambiente de aprendizado e a predominância de aulas práticas poderá sofrer significativa redução. Ainda podemos pensar que ambientes como vestiários não poderão ser frequentados por toda a turma; equipamentos sanitizantes não estarão disponíveis para usufruto; e a questão válida que permanecerá é: o que fazer nas aulas de EFE presenciais?

Destaca-se que não estamos aqui para recomendar ou elaborar receitas infalíveis, seria improvável, considerando que as escolas brasileiras têm diferentes níveis estruturais. Mas podemos pensar que o questionamento supracitado estará presente em muitos espaços de aprendizado e, certamente, no imaginário do aluno. Nesse sentido, podemos estabelecer que essa discussão pode ser dividida em partes e cada uma delas irá requerer protocolos diferenciados para garantir pleno ambiente de aprendizado e formação da autonomia do estudante.

Como primeiro ponto de discussão, podemos retomar a ideia de uma metodologia de ensino baseada na descoberta do conhecimento, ancorada na racionalidade do método científico (Popper, 2013), como forma de estimular o estudante a participar da construção do conhecimento que abarca a EFE. Nesse sentido, observa-se a necessidade de estabelecer protocolo de investigação, por meio de fichas de interesse e passando pelas etapas de elaboração do conhecimento, como: a problematização; o levantamento de hipóteses; a consulta às

fontes, os tensionamentos e os testes das hipóteses; a discussão e a comunicação dos achados com a comunidade.

Outros autores que podem contribuir com o planejamento docente são: Kuhn (2009), Kerlinger (2013), Gould (1990). A título de exemplo, um tema que pode ser trabalhado a partir da perspectiva da racionalidade do método científico é a prática de atividade física no contexto pandêmico. As discussões podem circular os conceitos de educação física e saúde, medicalização e controle dos corpos, procedimentos seguros para a prática de atividade física, entre outros. As evidências desenvolvidas pelas investigações impulsionadas pelos temas correlatos poderão sugerir um protocolo de atuação para o ensino da EFE. Nesse sentido, observamos a participação discente na colaboração para o planejamento das aulas, assim como o conhecimento sobre o contexto social que exige novas condutas e educação dos corpos para prevenção e manutenção da saúde.

A supervisão docente será fundamental para compreensão do processo de descoberta e validação do conhecimento. Da mesma forma, esse tipo de orientação servirá o aluno para a importância da ciência como maneira de desenvolvimento de práticas adequadas ao momento sócio, histórico e cultural da humanidade. Mais uma vez destacamos que essa é uma sugestão para iniciar um trabalho num possível retorno de atividades presenciais. Nesse sentido, imaginamos que as primeiras questões a serem apresentadas pelos alunos seja justamente a diminuição ou a maneira como a EFE será desenvolvida no espaço disponível. Assim, partindo desse pressuposto, sugerimos que tal indagação seja elaborada no sentido de promover a descoberta de informações relevantes para o desenvolvimento da própria aula de EFE. Assim, essa pode ser uma forma de estimular o estudante a conhecer mais sobre a nossa área de atuação.

No entanto, compreendemos que em muitas realidades, a educação física deve seguir o planejamento de ensino vigente, seja por opção da escola, seja por opção do professor com os alunos. Por isso, precisamos pensar em realidades que estão dando prosseguimento ao currículo desde o início do ano, que sofreu adaptações metodológicas para o ensino remoto, mas mesmo assim, continuou adotando as mesmas Unidades Temáticas estabelecidas no planejamento curricular de ensino. Para este grupo, a situação deve ficar mais inquietante, tendo em vista que se forem seguir os protocolos de retomadas das aulas presenciais





rigorosamente, as aulas de educação física, que em muitas experiências pedagógicas, dividem as aulas teóricas e as aulas práticas, quando forem oportunizar o que popularmente ficaram denominadas de aulas práticas, este momento será afetado em sua intervenção pedagógica com muita contundência.

Estamos defendendo a tese que se forem seguir os procedimentos de distanciamento entre pessoas para as práticas corporais que exijam uma ventilação maior no sistema cardiorrespiratório o espaço entre estudantes pode ficar tão alargado que não existe local na escola que seja possível tematizar a Educação Física. Destarte, se as aulas desejam assumir um neotecnicismo e se tornarem um espaço de reprodução de movimentos, seja este da Ginástica, Lutas, Jogos e Brincadeiras, Esportes, Práticas Corporais de Aventuras e das Danças, para garantir uma experiência com o corpo no momento das aulas de Educação Física. Todo o movimento historiográfico de diversificação dos conteúdos e aprendizagem situada, pode perder espaço.

Por isso, precisamos criar reflexões que para a área pedagógica da educação física neste momento de incertezas para não promover nas aulas, o que seria a não aula, ou, um momento que desdobre para o desinvestimento pedagógico. Estamos anunciando este cenário, para evitar que a aula de Educação Física não se torne um grande momento de programas de exercícios físicos e que os estudantes estão tão amarrados aos protocolos de biossegurança, que tudo que acontecer nesta situação de ensino não se configura com os filtros da educação física escolar. Esta discussão não compete somente às professoras e aos professores de educação física, mas a todos que estão preocupados com a qualidade e o papel da educação brasileira em tempos pandêmicos.

Portanto, assim como sugerimos para as aulas remotas, observamos que um possível retorno presencial também deverá obedecer protocolos rígidos de distanciamento social, higienização dos espaços e aparelhos etc. Dessa forma, novas regras vão solicitar um processo de aprendizagem e disciplinamento para ajustamento de condutas dos alunos. E antes da imposição pela força da lei, talvez seja necessário a conscientização coletiva sobre o protagonismo e a relevância de tais protocolos de segurança sanitária para preservação da vida e diminuição do contágio pelo vírus. A tendência é que o reconhecimento do problema a ser

**Temas em Educação Física Escolar, Rio de Janeiro, v.5, n.1, jan./jun. 2020, p. 2-22.**

**Recebido em: 22/07/2020**

**Publicado em: 20/10/2020**



enfrentado, associado a um disciplinamento poderá garantir a legitimidade dos protocolos e o cumprimento das ações neles previstas.

### Considerações finais

Considerando o contexto pandêmico e suas rápidas alterações no modo de conviver em sociedade, observou-se a necessidade de criação de protocolos para ajustamento de condutas, visando a diminuição das taxas de contágio e transmissão do vírus causador da Covid-19. É bem provável que este não seja o último evento pandêmico enfrentado pela humanidade. Nos últimos dez anos, por exemplo, já presenciamos a pandemia do H1N1, o surto epidêmico pelo Zikavírus no Brasil e no presente ano a Covid-19, que se diferencia dos demais pelo vetor de transmissão e a rapidez com que se alastrou pelo mundo.

Tornou-se inevitável considerar que a forma como acontece a transmissão desse novo vírus impactou nos hábitos que incorporamos ao longo de nossas vidas. Assim, a necessidade de mudanças de comportamentos foi urgente e necessária. Este ensaio não se propôs discutir causas para uma possível ineficácia do combate ao Covid-19 no Brasil, talvez sejam múltiplos fatores. Todavia, ao pensar que essas causas podem acompanhar as aulas num possível retorno presencial, devemos adotar a estratégia de educação para conscientizar alunos, professores e demais profissionais das escolas sobre a importância dos protocolos para a preservação da vida.

Apresentamos nosso ponto de vista ancorados na educação do corpo e nas intersecções que este vem sendo afetado na pandemia. Apontamos para as aulas de educação física escolar como espaço de tensão nos protocolos de retomada das aulas presenciais. Pensar o retorno das aulas de educação física passa por uma análise séria de várias áreas e inclusive da escuta afetiva das professoras e dos professores de educação física, para que as aulas não se tornem meramente espaços de modulação do corpo.

Finalmente, voltamos a dizer que as sugestões de temas e métodos de ensino da educação física escolar apresentados ao longo deste ensaio servem como debate para discutir formas possíveis de se trabalhar a EFE no novo contexto. Não pretendíamos expor modelos absolutos, mas sugestões que podem ser incorporados pelos profissionais da área e contribuir para a legitimação dos



processos de educação do corpo, disciplinamento e modulação de comportamento que virão a ser apresentados nos novos ambientes de ensino e aprendizado.

## **REFERÊNCIAS**

ALVES, L. R. G. Educação remota: entre a ilusão e a realidade. Interfaces científicas, v.8, n.3, p.3348-265, 2020.

BECKER, H. S. Outsiders: estudos de sociologia do desvio/Howard S. Becker; tradução de Maria Luiza X. de Borges; revisão técnica de Karina Kuschnir. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 04 ago. 2011.

ELIAS, N. O processo civilizador. Uma História dos Costumes. v.1 - 2.ed. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FERGUSON, N. Civilização: Ocidente X Oriente. São Paulo: Planeta, 2012.

FOUCAULT, M. Vigiar e Punir: nascimento da prisão/Michel Foucault; tradução de Raquel Ramallete. 29ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

FOUCALUT, M. Microfísica do poder. 7ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2018.

GOULD, S. J. O sorriso do flamingo: reflexões sobre história natural. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

KERLINGER, F. N. Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais: um tratamento conceitual. São Paulo: E.P.U, 2013.

KUHN, T. S. A tensão essencial. Coimbra, PT: Edições 70, 2009.

MAUSS, M. As técnicas do corpo. In: MAUSS, Marcel Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2003, p. 399-422.

MENZIES, Gavin. 1421: o ano em que a China descobriu o mundo. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

SOARES, C. L. Prefácio. In: OLIVEIRA, M. A. T. Educação do Corpo na Escola Brasileira. Campinas: Autores Associados, 2006.